



I CONFERÊNCIA REGIONAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA

15 e 16 de agosto em Registro – SP

CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DO VALE DO RIBEIRA PARANÁ:

19 de julho
Tunas do Paraná



Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul, Dr. Ulisses, Iguape, Ilha Comprida, Ceranéia, Pariqueira-Açú, Itapirapuã Paulista, Itaóca, Ribeira, Apiaí, Ribeirão Branco, Barra do Chapéu, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati, Barra do Turvo, Pedro de Toledo, Itariri, Peruibe, São Lourenço da Serra, Jujutiba, Jujuiá, Miracatu e Tapiraí.

EXECUÇÃO:

APOIO:

idesc

Instituto de
Desenvolvimento
Sustentável e Cidadania do
Vale do Ribeira



Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente



Desenvolvimento Social
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria de
Desenvolvimento Territorial



**Ministério do
Desenvolvimento
Agrário**

Microrregião: Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul e Doutor Ulisses.

19 de julho de 2006

Relatório Descritivo

A articulação e organização

A Conferência Microrregional do Vale do Ribeira-Paraná realizou-se em um contexto peculiar em relação às demais Conferências Microrregionais preparatórias da Conferência Regional do Território do Vale do Ribeira. Isto porque o processo de construção do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável –PDTRS foi iniciado anteriormente, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira – PR.

O PDTRS, mais do que as diretrizes gerais possíveis de serem aprovadas numa Conferência, já estava numa fase de desenho operacional - definição de ações/projetos/programas com responsáveis e prazos. Entretanto, a Conferência Microrregional se fez



importante porque se constituiu numa ampliação da pactuação do PDTRS junto a outros setores não envolvidos, até então, e mesmo numa ampliação da agenda ou prioridades do Plano em construção.

Em função deste processo na região, pela distância geográfica, bem como pelo grau de organização de alguns segmentos, a mobilização da Conferência Microrregional se deu basicamente a partir da Comissão Organizadora Microrregional com pouco apoio direto da coordenação do Projeto Agenda 21.

No entanto, a Comissão Organizadora Microrregional manteve estreita articulação com a Comissão Organizadora Regional (foto) da Conferência Regional.



A Comissão Organizadora Microrregional foi composta por representantes de prefeituras municipais, de entidades da sociedade civil e, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – representação no estado do Paraná.

Alunos e docentes da Universidade de Ponta Grossa - integrantes do Projeto Rondon que atuavam na região naquele período foram convidados e colaboraram no suporte operacional do evento.

É fundamental destacar o apoio decisivo da prefeitura de Tunas do Paraná com cessão de local para realização do evento, apoio operacional, logístico e técnico.

Desta forma, a Conferência foi realizada com a presença de 106 pessoas sendo, 88 participantes na condição de delegados e 18 convidados, representando os sete municípios do território, nos segmentos do poder público – prefeituras e câmaras municipais – e das diferentes organizações da sociedade civil.

O governo estadual se fez representar através de várias Secretarias de Estado e órgãos como o CEDRAF/SEAB, COMEC/SEDU a EMATER, além do SEBRAE.

O Governo Federal se fez representar através do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A sociedade civil esteve bastante mobilizada para a participação. Estiveram presentes entidades como: Sindicato de Trabalhadores da Agricultura Familiar - SINTRAF; Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar- ASSTRAF; Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL; Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF; Associação de Agricultura Orgânica do Paraná e Fórum de Entidades do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira- Paraná, entre outras.

A realização da Conferência



A Conferência foi realizada na Casa da Cultura do município de Tunas do Paraná, com início às 8:30 horas, com o credenciamento e recepção dos delegados, seguindo a seguinte programação:

09:00 h – Sessão de Abertura

10:00 h – Plenária de Instalação da Conferência e Aprovação do Regulamento.

10:30 h – Mesa Redonda: Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e a Conferência.

11:00 h - Grupos Temáticos

- 1- Serviços.
- 2- Infra-estrutura.
- 3- Valorização do espaço rural.
- 4- Educação, Cultura, Lazer e Turismo.
- 5- Trabalho e Renda.
- 6- Meio Ambiente.
- 7- Gestão e Organização.

12:30 h - Almoço

14:00 h - Continuação dos Trabalhos dos Grupos Temáticos

16:00 h - Café

16:30 h - Plenária de aprovação das propostas dos Grupos Temáticos

17:30 h - Eleição dos delegados para Conferência Regional do Território e encaminhamentos.

A instalação dos trabalhos foi feita pela presidente da Conferência e



Presidente do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Prefeita Nalinez Zanon; com a presença do coordenador do Projeto Vale do Ribeira Sustentável, Sr. Ronaldo José Ribeiro; de representação do

movimento social e organizações não governamentais, através do Sr. Natanael Cardoso; de representantes do governo estadual: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Lourival Uhlig e Bernardo Patrício Netto; da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, Dr. Antônio Aisse Filho. Representando o governo federal se fizeram presentes Paulo César Nascimento, do Ministério do

Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. As câmaras municipais da região foram representadas.

Na seqüência, o trabalho foi conduzido pela Presidente da Conferência e pelo coordenador do Projeto Vale do Ribeira Sustentável. Foi lido e votado o Regulamento da Conferência (anexo 1), apresentado o processo de elaboração do Plano: as oficinas de nivelamento conceitual, as oficinas de elaboração de projetos, as reuniões de pactuação no Fórum de Desenvolvimento, as parcerias estabelecidas, a mobilização para a Conferência.

Ainda no plenário foram apresentadas a dinâmica e agenda de trabalho da Conferência, onde foi destacado que os Grupos Temáticos deveriam fazer leitura total do Texto Base e a apreciação das propostas, onde o grupo delibera por: aprovar; suprimir (excluir); modificar ou incluir nova proposta, lembrando que as propostas de consenso (100% dos votos) apenas serão lidas na Plenária Final. Serão votadas na Plenária Final as propostas não consensuadas e com pelo menos 30% dos votos dos delegados do Grupo.



Os participantes já, no ato da inscrição fizeram opção pelo Grupo Temático de interesse. Desta forma, os trabalhos de apreciação do texto base foram iniciados com os seguintes grupos temáticos e número de participantes:

Grupo Temático	TEMA	participantes
Grupo 1	Serviços.	6
Grupo 2	Infra-estrutura.	3
Grupo 3	Valorização do espaço rural.	20
Grupo 4	Educação, Cultura, Lazer e Turismo.	23
Grupo 5	Trabalho e Renda.	8
Grupo 6	Meio Ambiente.	18
Grupo 7	Gestão e Organização.	3

Os grupos contaram com o apoio de moderadores escolhidos pela Comissão Organizadora, dentre as entidades parceiras da sociedade civil e do poder público,



de acordo com a proximidade com o tema a ser tratado no grupo. Um roteiro de apoio à condução dos Grupos Temáticos foi construído pela Comissão Organizadora, (anexo 4).

As Oficinas de Nivelamento Conceitual realizadas no âmbito do Projeto Vale do Ribeira Sustentável em junho do ano anterior (2005) e, o processo em construção do PDTRS, as reuniões do Fórum de Desenvolvimento Territorial e a própria organização do movimento social popular presente nesta região, entre outros fatores, contribuíram para que as propostas discutidas nos grupos já partissem de um nível de discussão bem elaborado quanto aos problemas, entraves e soluções apontadas, conforme se observa no relatório detalhado das propostas aprovadas no anexo 2.

Os grupos trabalharam a partir do Texto Base apresentado pelo *Projeto Vale do Ribeira Sustentável* em articulação com os coordenadores do processo de



elaboração do PDTRS, de forma a garantir integração nesta construção do Plano Geral do Território do Vale do Ribeira.

Ao término do dia foi instalada a Plenária Final que, depois de lidas as propostas de consenso nos grupos, votadas as propostas de conflito, aprovou o relatório final da Conferência Microrregional da microrregião I, conforme se segue:

Conceito - Qual o desenvolvimento que queremos para o Vale do Ribeira?

Texto original	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
<p>O desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira deve promover integralmente a qualidade de vida de toda a população local, aumentar a auto-estima e as esperanças da geração atual e garantir os direitos socioambientais das gerações futuras. Deve atender às necessidades básicas de terra, trabalho e renda, com investimentos em infraestrutura e nas políticas de inclusão social e de combate à pobreza, respeitando o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente. Deve ser com base nos processos democráticos e participativos, no reconhecimento e no respeito mútuo à nossa diversidade social, cultural, religiosa, econômica e política.</p>	<p>O desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira deve promover integralmente a qualidade de vida de toda a população local, aumentar a auto-estima e as esperanças da geração atual e garantir os direitos das gerações futuras. Deve atender às necessidades básicas de terra, trabalho e renda, com investimentos em infra-estrutura e nas políticas de inclusão social e de combate à pobreza, respeitando o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente. Deve ser com base nos processos democráticos e participativos, no reconhecimento e no respeito mútuo à nossa diversidade social, cultural, religiosa, econômica e política.</p>

OS NOSSOS PRINCIPIOS E DIRETRIZES

Texto original	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Na atualidade o processo hegemônico de desenvolvimento no Vale do Ribeira é caracterizado, de um lado como concentrador de riquezas e depredador dos recursos naturais, e de outro como promotor com exclusão social.	1. Na atualidade o processo hegemônico de desenvolvimento no Vale do Ribeira é caracterizado, de um lado como concentrador de riquezas e depredador dos recursos naturais, e de outro como promotor da exclusão social ensejando uma atuação mais forte por parte do Poder Público.
2. Os principais entraves ao desenvolvimento regional são: a falta de infra-estrutura, a falta de regularização fundiária das terras, as leis ambientais restritivas, a tecnologia e pesquisa inadequada, e a insuficiência de investimentos em políticas sociais inclusivas.	2. Os principais entraves ao desenvolvimento regional são: a falta de infra-estrutura, a falta de regularização fundiária das terras, a tecnologia e pesquisa inadequada, e a insuficiência de investimentos em políticas sociais inclusivas.
3. O diagnóstico regional impõe uma ação imediata e integrada para combater a pobreza e gerar emprego e renda, visando reverter positivamente a realidade sócio-econômica do Vale do Ribeira.	3. APROVADA
4. O desenvolvimento deve ser entendido como um instrumento de inclusão social para remoção das privações e a promoção integral do ser humano que proporcione oportunidades de emprego e que enfrente a violência, os preconceitos e todo e qualquer tipo de discriminação.	4. APROVADA
5. Adotar a concepção de desenvolvimento que articule as forças sociais e econômicas, a sociedade civil e o poder público e que potencialize o capital social e natural para a promoção social e econômica tendo como centro a promoção humana em todas as suas dimensões.	5. A adoção de uma concepção de desenvolvimento que articule as forças sociais e econômicas, a sociedade civil e o poder público e que potencialize o capital social e natural para a promoção social e econômica tendo como centro a promoção humana em todas as suas dimensões.
6. De modo concreto, promover a qualidade de vida, garantir a geração de oportunidades de emprego e renda, apoiar e fortalecer a agricultura familiar, promover a conservação e o uso da biodiversidade e, principalmente, buscar a solução de problemas estruturais de infra-estrutura e a titulação de terras.	6. De modo concreto, promover a qualidade de vida, garantir a geração de oportunidades de emprego e renda, apoiar e fortalecer a agricultura familiar, promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e, principalmente, buscar a solução de problemas estruturais de infra-estrutura e a titulação de terras.
7. O poder público deve desempenhar sua função republicana tanto na oferta de bens e serviços essenciais e universais, como no planejamento integrado. Isto se traduz na adoção de políticas públicas adequadas, na realização de investimentos em infra-estrutura e na solução dos problemas estruturais, principalmente a regularização fundiária, com a adoção de instrumentos adequados de financiamento e fomento das atividades sociais e econômicas de modo democrático e transparente, com participação e controle social.	7. aprovada
8. O Projeto Vale do Ribeira Sustentável, para sua viabilização, estabeleceu como estratégias de implantação: a ação contínua de articulação,	8. O Projeto Vale do Ribeira Sustentável, para sua viabilização, estabeleceu como estratégias de implantação: a ação contínua de articulação,

<p>pactuação e fortalecimento das parcerias institucionais; a garantia da participação de todos os setores e segmentos sociais; a negociação dos consensos e conflitos das propostas. O estabelecimento de metas em curto (2007), médio (2015) e longo (2025) prazo.</p>	<p>pactuação e fortalecimento das parcerias institucionais; a garantia da participação de todos os setores e segmentos sociais; a negociação dos consensos e conflitos das propostas. O estabelecimento de metas em curto (2007), médio (2015) e longo (2025) prazo. Do mesmo modo, buscar a pactuação institucional e social visando viabilizar a implantação do plano.</p>
<p>9. O nosso plano reconhece e adere aos princípios globais e nacionais da Agenda XXI, ao conceito de desenvolvimento territorial e às metas do milênio propostos pela ONU.</p>	<p>9. aprovada</p>
<p>10. O nosso plano reconhece como foro privilegiado para a articulação, negociação e pactuação dos programas e projetos o CONSAD VR e o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Paraná e, ao mesmo tempo, envidará esforços para a ampliação e a adesão dos demais fóruns participativos existentes na região.</p>	<p>10. aprovada</p>
<p>11. Buscar e pactuar compromisso da sociedade civil e governança, em assumir o protagonismo na implantação das diretrizes e programas para alcançar as metas propostas.</p>	<p>11. aprovada</p>
<p>12. Deve buscar o auto-reconhecimento do território do Vale do Ribeira pelos diferentes segmentos sociais, através do fortalecimento e da integração dos laços culturais, ambientais, sociais, econômicos e políticos.</p>	<p>12. aprovada</p>
<p>13. O nosso desafio social e político é promover o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, considerando os seguintes aspectos: ambientalmente adequado e conservacionista; economicamente viável e distributivo; socialmente justo e inclusivo; culturalmente diversificado; politicamente democrático e participativo.</p> <p>14. Apontar alternativas concretas para o desenvolvimento sócio-econômico, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social a partir das características físicas e ambientais da região, apontando para a perspectiva de construção de uma sociedade sustentável.</p>	<p>13. aprovada</p> <p>14. Apontar alternativas concretas para o desenvolvimento sócio-econômico, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social a partir das características físicas e ambientais da região, conduzindo para a perspectiva de construção de uma sociedade sustentável.</p>
<p>15. Garantir a qualidade de vida, políticas públicas com qualidade, equidade e efetividade, visando à criação das condições necessárias para romper o quadro de estagnação econômica e a realidade social no Vale do Ribeira.</p>	<p>15. aprovado</p>
<p>16. Gerar riquezas com inclusão social, através da dinamização econômica e, em longo prazo, os investimentos em atividades econômicas, dentro da realidade regional e dos limites ambientais.</p>	<p>16. aprovado</p>
<p>17. A construção de indicadores socioambientais para o acompanhamento do desenvolvimento territorial sustentável.</p>	<p>17. aprovado</p>

AS NOSSAS METAS

Texto original	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Garantir oportunidades de emprego e renda para a redução da pobreza e a erradicação da fome.	aprovado
2. Garantir o ensino infantil e básico para todos; investir na formação profissional e técnica e erradicar o analfabetismo.	aprovado
3. Reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e o combate às doenças e o saneamento básico para todos.	3. Realizar ações de promoção a saúde , reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e o combate às doenças e o saneamento básico para todos.
4. Completar o processo de regularização fundiária em toda a área do território, principalmente para os posseiros, quilombolas, indígenas, caiçaras e comunidades tradicionais.	aprovado
5. Meio ambiente: garantir a preservação e a conservação dos remanescentes da mata atlântica, dos recursos hídricos e marinhos da fauna e da flora do território do Vale do Ribeira; recuperar os passivos ambientais existentes, estimulando as práticas produtivas sustentáveis e não poluentes.	aprovado
NOVA META	NOVA META Implantação de cursos superiores no Vale do Ribeira de acordo com as necessidades da região
NOVA META	NOVA META Investir no resgate cultural através de ações e a capacitação de agentes locais a fim de garantir a preservação da história, da cultura e tradições da região.

Inclusão social

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Incentivar a implantação e viabilização de cooperativas de crédito e microcrédito, a fim de facilitar o acesso ao crédito subsidiado, pelas populações excluídas;	Aprovada
2. Criar, regulamentar e implantar programa de renda mínima por serviços ambientais para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, vinculado às atividades de preservação ambiental, de modo a compensar as perdas de oportunidades de trabalho decorrentes das restrições de determinadas atividades econômicas realizadas por populações que vivem em Parques e Reservas ou que venham a	Aprovada

ser assentadas em seus entornos.	
3. Oportunizar cursos de profissionalização nas modalidades: corte, costura, tricô, crochê, bordado, pintura, marcenaria, carpintaria, artesanato, informática e outros, incentivando também a participação dos jovens.	Aprovada
4. Habitação: criação de programas alternativos de moradia (mutirão, loteamentos populares), priorizando os moradores de áreas sujeita às enchentes.	Aprovada
5. NOVA PROPOSTA	Identificar os bolsões de pobreza em cada município.
6. NOVA PROPOSTA	PROGER urbano.
7. NOVA PROPOSTA	Marketing do Vale do Ribeira.
8. NOVA PROPOSTA	Atração de investimentos.

Segurança Alimentar

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Implantar programa de fomento à produção básica para o autoconsumo e segurança alimentar, envolvendo os diversos níveis de governança a fim de proporcionar as condições mínimas para aumentar a produção de alimentos básicos através de projetos de distribuição de sementes, mudas, matrizes; apoiar com equipamentos e máquinas para o preparo de solo, disponibilizar a assistência técnica para a produção de arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças e pequenos animais.	Aprovada
2. NOVA PROPOSTA	Crédito para o "sistema" de produção familiar (autoconsumo, diversificação)
3. Implantar e dinamizar o programa de Compra Direta da Agricultura Familiar, em todos os municípios do Vale do Ribeira, em parceria entre o governo federal, estadual e municipal com recursos financeiros e apoio técnico.	Aprovada
4. Priorizar a implantação de projetos de segurança alimentar e nutricional para famílias carentes em todo o território do Vale do Ribeira.	Aprovada
5. NOVA PROPOSTA	Abastecimento local – regional (prioridade) e potencializar novos mercados.
6. NOVA PROPOSTA	Mudança da matriz tecnológica e sistema de produção (diversificação produção, diversificação de sistemas).

Geração de Trabalho, Emprego e Renda.

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Implantar programa emergencial com investimentos financeiros em geração de emprego, trabalho e renda para manter a população na região e reverter o processo de emigração, tanto na área rural e na área urbana, através da criação de frentes de trabalho, com prioridades para a juventude e para os maiores de 45 anos, com	APROVADA

atividades de capacitação e reciclagem profissional.	
2. Implantar Incubadora de Empreendimentos Sociais e Pequenos Negócios. Fornecer o local e a infraestrutura básica visando à criação de negócios, estimulando a formação e capacitação profissional, estimulando o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo. Promover a capacitação da mão-de-obra local, a fim de a mesma absorver as oportunidades de emprego disponíveis na região.	APROVADA
3. Criar programas ou projetos de incentivo à agroindústria, ampliando as oportunidades, através de eventos de sensibilização, capacitação e aperfeiçoamento.	Aprovada
4. Priorizar a implantação de projetos de economia solidária, através da ação articulada com os diferentes níveis de governo e sociedade civil.	Aprovada
5. NOVA PROPOSTA	Incentivar e fortalecer o associativismo e o cooperativismo.
6. NOVA PROPOSTA	Capacitação em geral.
7. NOVA PROPOSTA	Programas municipais - orçamentos destinados para o desenvolvimento rural.
8. NOVA PROPOSTA	Negociação com empresários e instituições para estimular o processamento e agregação de valor nos municípios – para gerar imposto – agregar valor e gerar empregos.
9. NOVA PROPOSTA	Agregar valor à produção.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Texto original	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Realizar investimentos para ampliar os serviços de comunicação no território (telefonia, correios, rádios comunitárias e internet).	Instalação dos telecentros rurais
2. Facilitar e agilizar os processos de implantação de emissoras de Rádio Comunitárias.	Instalação de rádios comunitárias (local regional)
3. Implantar telefonia rural, aumentar a oferta de telefones públicos comunitários nos bairros e comunidades rurais, nos municípios do Vale do Ribeira.	APROVADA
4. Implantar torres de repetição para telefonia celular nos municípios do Vale do Ribeira.	APROVADA
5. Implantar serviços de correio nas comunidades rurais, através da contratação de carteiros ou posto de serviço, administrado (com remuneração) por um representante da comunidade local, após capacitação pela Agência dos Correios.	APROVADA
6. Implantar torres de repetição dos canais de televisão do Paraná (Curitiba), possibilitando informações e notícias do Paraná, para população que reside nos municípios do Vale do Ribeira-PR.	Instalação de repetidora regional de televisão.
7. NOVA PROPOSTA	Espaços para eventos de maior porte.
8. NOVA PROPOSTA	Qualificar as programações e equipamentos das rádios comunitárias.

Regularização Fundiária e Reforma Agrária

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Efetivar o programa de regularização fundiária, com prioridade para o meio rural, as comunidades tradicionais, os moradores nas Unidades de Conservação e agricultores familiares. O Governo Federal e Estadual devem garantir os recursos necessários (financeiros e técnicos) para que, no máximo em 05 anos seja concluído este processo.	APROVADA
2. NOVA PROPOSTA	Ampliação da abrangência da iniciativa de regularização fundiária para todos os municípios.
3. Construção de agenda prioritária com o INCRA e Secretarias do Meio Ambiente de SP e PR para estabelecer estratégias de regularização fundiária no Vale do Ribeira, principalmente das áreas rurais.	APROVADA
4. Garantir a aplicação imediata da Lei Estadual Paulista No. 10.850/2001 que garante o direito à titulação de terras das Comunidades Quilombolas.	APROVADA
5. As áreas prioritárias para regularização devem ser definidas por critérios de existência de conflitos ou interesse social, ao invés da regularização por perímetro.	APROVADA
6. Designar grupo de trabalho específico junto à Procuradoria Geral do Estado para agilizar os processos de regularização fundiária.	APROVADA
7. Agilizar os projetos de Reforma Agrária, com prioridade para os processos de ocupação já consolidados, com prioridade para as seguintes áreas: Ribeirão Branco das Palmeiras, Ribeirão do Mota e Caiacanga em Registro.	APROVADA

O MACROZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Concluir o projeto do macrozoneamento socioambiental do Vale do Ribeira. Os estudos e levantamentos já estão concluídos, e a lei ainda não foi regulamentada, por falta de iniciativa política do Governo Estadual.	APROVADA
2. Garantir o planejamento integrado entre os diferentes sistemas de informação, planejamento e diagnóstico do Vale do Ribeira, principalmente entre o macrozoneamento socioambiental e o plano de aproveitamento de recursos hídricos.	APROVADA

SANEAMENTO AMBIENTAL

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
NOVA PROPOSTA	Priorizar a implantação e instalação de Saneamento Básico em toda região do Vale do Ribeira.
1. Implantar programa integrado de combate às inundações e enchentes: com planejamento urbano, conservação de solos, recuperação da mata ciliar, zoneamento agrícola e monitoramento dos rios.	APROVADA
2. Preservação do Rio Ribeira. Não ao projeto de Construção da Barragem do Tijuco Alto. O atual projeto de barragem existente não controla as enchentes.	APROVADA
3. Construção da Barragem do Tijuco Alto para geração de energia e controle de enchente.	APROVADA
4. Aumentar o volume de recursos e investimentos públicos em saneamento básico (água, esgoto e lixo).	APROVADA
5. Garantir investimentos para a criação de sistema de captação e abastecimento de água potável nas áreas rurais.	APROVADA
6. Garantir os investimentos e priorizar a implantação de programa de construção de aterros sanitários, estações de tratamento de água e estações de tratamento de efluentes.	APROVADA
7. Implantação de sistema de captação e canalização de esgotos nas áreas rurais.	APROVADA
8. Melhorar o sistema de coleta de lixo nas áreas urbanas e rurais; incentivar a implantação de sistema de coleta seletiva de lixo doméstico nos municípios da região.	APROVADA
9. Estabelecer linha especial de financiamento, a fundo perdido, para a implantação de aterros sanitários em todos os municípios, com prioridade para projetos estruturados de forma consorciada.	APROVADA
10. Implantação de sistema de fiscalização eficiente para coibir o lançamento de efluentes industriais sem tratamento nos corpos d' água.	APROVADA

MINERAÇÃO

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Incentivar a exploração mineral, dentro de padrões que preservem o meio ambiente e não gere passivos ambientais, respeitando a legislação trabalhista e de segurança no trabalho.	APROVADA
2. Incentivar a implantação de indústrias de transformação associadas à exploração dos recursos minerais.	APROVADA
3. Fiscalização, vigilância dos órgãos competentes.	APROVADA

CULTURA

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Garantir espaços culturais para comercialização do artesanato regional, eventos e exposições artísticas e musicais.	APROVADA
2. Investir em programas de resgate das diversas expressões culturais de raízes regionais. Valorizar e fortalecer a cultura local, principalmente quilombos, caiçaras, índios, imigrantes (europeus e japoneses).	APROVADA
3. Investir em projetos de incentivo ao artesanato regional.	APROVADA
4. Desenvolver e fortalecer programas relacionados ao turismo cultural e religioso.	APROVADA
5. Inclusão nas escolas da disciplina de história e cultura dos povos formadores do Vale do Ribeira.	APROVADA
6. NOVA PROPOSTA	Criação de Conselhos Municipais da Cultura.

EDUCAÇÃO

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Rever o modelo atual de progressão continuada e mudar o sistema de aprovação automática.	APROVADA
2. Revisar o processo de reforma da educação ampliando e efetivando a municipalização do ensino.	APROVADA
3. Implantar com urgência programa de combate ao analfabetismo adulto e funcional.	APROVADA
4. A reabertura imediata das escolas rurais com grade curricular específica e realizar investimentos e na formação técnica do professor e demais cargos da estrutura de ensino.	APROVADA
5. Ampliação de recursos para a merenda escolar, beneficiando também os alunos do ensino médio e supletivo; integrar o programa de merenda escolar com o programa de compra direta da agricultura familiar.	APROVADA
6. Ampliação dos cursos oferecidos pela UNESP do Vale do Ribeira, com ênfase na pesquisa e na extensão à comunidade.	APROVADA
7. Ampliar o número de salas de aula, inclusive com a abertura no período noturno das unidades escolares.	APROVADA
8. Criação da Universidade Pública Federal no Vale do Ribeira.	APROVADA
9. Estudar a ampliação da oferta de cursos superiores, principalmente nas áreas de saúde, oceanografia, engenharia florestal.	APROVADA
10. Criação de políticas públicas que garantam a permanência dos formandos nos seus locais de origem ou pelo menos na região.	APROVADA
11. Criação de políticas públicas que potencializem o capital humano com programas de educação informal, através de ong's, associações, cooperativas, sindicatos, etc., visando capacitar a sociedade para seus	APROVADA

planos e projetos.	
12. Investir na qualificação de profissionais e na capacitação pedagógica dos professores, de forma a resgatar sua autoridade em sala de aula.	APROVADA
13. Fomentar a profissionalização; implantar escolas técnicas profissionalizantes e cursos de qualificação profissional compatíveis com a realidade regional.	APROVADA
14. Fortalecer os telecentros em andamento.	APROVADA
15. Garantir especial atenção para as escolas localizadas nas comunidades tradicionais em especial a Escola Caiçara da Juréia e a Escola Quilombola no Bairro de André Lopes, com implantação do sistema de Tele Sala e a adequação de currículo a realidade local.	APROVADA
16. Revisar o processo de reforma da educação, principalmente a municipalização.	APROVADA
17. Nova proposta	Readequação curricular considerando as características locais.
18. Nova proposta	Construção de proposta de educação do campo (currículo - metodologia) - continuada = junto à educação básica (formal).
19. Nova proposta	Concentrar os alunos da região rural em escolas de posição estratégicas e rurais a fim de proporcionar um estudo seriado e de qualidade.
20. Nova proposta	Viabilização e ampliação das escolas rurais para a implantação do ensino médio.
21. Nova proposta	Inclusão da agroecologia no currículo escolar.
22. Nova proposta	Criação da Universidade Pública Federal no Vale do Ribeira - Paraná
23. Nova proposta	Criar campi universitários no Vale - criar cursos nos municípios.
24. Nova proposta	Mobilizar governantes para a realidade de nossa região (escolas precárias sem luz, água, etc.).
25. Nova proposta	Internalizar e provocar o debate da educação do campo no Território.

ASSISTÊNCIA E LAZER

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Garantir o acesso universal a assistência social, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	APROVADA
2. Ampliar o acesso de crianças e adolescentes aos projetos de inclusão social com alocação de recursos próprios do orçamento municipal.	APROVADA
3. Implantação do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social, em todos os municípios do Vale do Ribeira.	APROVADA
4. Criação de políticas públicas para a inclusão de idosos na vida social (trabalho/ esporte/ lazer/ voluntariado).	APROVADA
5. Melhorar e investir na criação de espaços de lazer e cultura para a juventude. Criação de políticas públicas para inclusão do jovem na vida social (educação/ esporte/ lazer/ trabalho/ política/	APROVADA

movimentos sociais).	
6.NOVA PROPOSTA	Propiciar esporte e lazer nos mais diversos pontos com instruções de profissionais qualificados.
7.Criar centros de recreação, lazer e cultura através de programas específicos, práticas esportivas, danças, teatros, coral, bandas de músicas, fanfarra, etc.	APROVADA
8.Instalação de postos de atendimento da previdência social, nos municípios sede das microrregiões do território, facilitando o acesso aos beneficiários. Garantir o atendimento de qualidade e humanizado.	APROVADA
9.Criar centros comunitários para as comunidades urbanas e rurais.	APROVADA
10.Ampliar as oportunidades e o acesso para obtenção de documentos pessoais, tais como: carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, certidão de nascimento e outros.	APROVADA
11.Garantir as condições necessárias para a atuação dos Conselhos Tutelares.	APROVADA
12.NOVA PROPOSTA	Despertar o interesse da iniciativa privada para construir áreas de lazer e afins.

POLÍTICAS PÚBLICAS

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. NOVA PROPOSTA	Definir e elaborar políticas públicas diferenciadas para os bolsões de pobreza.
2. NOVA PROPOSTA	Articulação política municipal, estadual e federal.
3. NOVA PROPOSTA	Divulgar informações relacionadas à tarifação aos agricultores.
4. NOVA PROPOSTA	Agilizar o cadastramento ao Programa Luz Para Todos.
5. NOVA PROPOSTA	Política pública diferenciada de Assistência Técnica e Extensão Rural
6. NOVA PROPOSTA	Destinação dos recursos do ITR aos municípios (ver possibilidade)
7. NOVA PROPOSTA	Aumento de investimentos públicos (municipal, repasse estadual e emendas parlamentares).
8. NOVA PROPOSTA	Capacitação de técnicos às várias áreas, não só a rural.
9. NOVA PROPOSTA	Habilitação de proponentes à projetos públicos.
10. Ampliar o quadro do funcionalismo público; garantir o aumento salarial que está extremamente defasado e garantir programas de qualificação e capacitação dos profissionais.	APROVADA
11. Unificar as estruturas administrativas existentes, composto pelos 25 municípios do território do Vale do Ribeira.	APROVADA
12. Garantir a infra-estrutura e os meios necessários para a prestação dos serviços públicos de qualidade.	APROVADA
13. Garantir os mecanismos de controle social das políticas públicas.	APROVADA
14. Dinamizar trocas de experiência para ampliação de projetos existentes de caráter microrregional: bacia leiteira, inclusão digital, consórcios na área da saúde,	APROVADA

SAÚDE	
TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Melhorar a qualidade da atenção básica, através do Programa Saúde da Família, com a revisão do número de famílias atendidas por equipe com atuação na área rural; garantia de medicamentos e de retaguarda laboratorial e educação permanente para os profissionais.	APROVADA
2. Ampliar a oferta dos serviços de saúde na área da atenção básica através da ampliação do repasse aos municípios de recursos de custeio dos governos estadual do Paraná e São Paulo.	APROVADA
3. Dar condições para o funcionamento adequado dos postos de saúde rurais, no que se refere à infra-estrutura básica (ambulâncias e equipamentos) e medicamentos.	APROVADA
4. Ampliar a assistência à saúde bucal à população da região.	APROVADA
5. Promover campanhas de orientações, sobre o perigo de contaminação por agrotóxicos.	APROVADA
6. Criar programas emergenciais e campanhas de orientações sobre o controle, prevenção e erradicação de doenças existentes no Vale do Ribeira (chagas, leishmaniose, hanseníase, cisticercose e outras) que possibilite a erradicação das mesmas.	APROVADA
7. Implantar programa de planejamento familiar, atendimento à gestante e de prevenção da gravidez na adolescência.	APROVADA
8. Propiciar a educação permanente dos profissionais que atuam nas Equipes de Saúde da Família para a atuação em saúde coletiva e saúde da família e de apoio técnico permanente das Secretarias de Estado da Saúde dos estados.	APROVADA
9. Ampliar o atendimento especializado de média e alta complexidade, na área laboratorial, ambulatorial e hospitalar na região do Vale do Ribeira São Paulo e Paraná.	APROVADA
10. Humanizar o atendimento e facilitar o acesso da população aos serviços e ações de saúde.	APROVADA
11. Qualificar a assistência hospitalar na região, com ampliação dos níveis de complexidade e de resolubilidade dos serviços existentes, com investimentos em equipes de saúde, equipamentos e organização dos serviços com garantia de referência e contra-referência com a rede básica.	APROVADA
12. Qualificar e ampliar o serviço de inspeção e vigilância sanitária municipal com a contratação de médicos veterinários e agentes comunitários.	APROVADA
13. Ampliar os programas de prevenção ao uso de drogas que relacione os aspectos educacionais e de saúde e implantação de unidades de tratamento e recuperação de dependentes de drogas.	APROVADA
14. Aumentar os tipos de medicamentos fornecidos pela FURP (Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo) aos municípios do Vale do Ribeira - São Paulo.	APROVADA
15. Implantar a regionalização da saúde com definição de papéis de cada sistema municipal e dos órgãos regionais na assistência à saúde, bem como ampliar o número de vagas para atendimento de média e alta complexidade oferecidos fora da região.	APROVADA

16. Revisão dos recursos repassados pelos governos estaduais para a ampliação das equipes mínimas de Saúde da Família com a contratação de Auxiliares ou Técnicos de Enfermagem que residam nas comunidades rurais, com prioridade para àquelas que contam com Postos de Atendimento Rural.	APROVADA
17. Incentivar o uso de métodos alternativos e fitoterapia na rede pública de saúde para as comunidades rurais e urbanas, com qualificação dos profissionais.	APROVADA
18. Disponibilizar saneamento básico nas comunidades, através de programas específicos e com a participação das comunidades.	APROVADA
19. Disponibilizar recursos para a melhoria de habitações rurais e urbanas, com ênfase para famílias de baixa renda, através de programas específicos.	APROVADA
20. Fortalecer os conselhos municipais de saúde.	APROVADA
21. Garantir recursos estaduais para custeio da saúde para os municípios, com transferência regular e automática de recursos que não dependa de gestões políticas ou de convênios pontuais.	APROVADA
22. Fortalecer as equipes técnicas das Direções Regionais de Saúde para o cumprimento do papel constitucional da esfera estadual do SUS que é o de apoiar e cooperar tecnicamente com as equipes de atenção e gestão da esfera municipal.	APROVADA
23. Implantação imediata de CONSELHO GESTOR no CONSAUDE – Consórcio de Saúde do Vale do Ribeira, São Paulo, para garantia do controle social.	APROVADA
24. Criar o consórcio intermunicipal de saúde no Vale do Ribeira Paraná, a fim de racionalizar os recursos financeiros e humanos, favorecendo uma maior área de atendimento e com potencialidade para implantar uma unidade regional de saúde, que possa atender aos casos mais graves, nas diversas especialidades médicas (obstetrícia, pediatria, traumatologia, ginecologia, oftalmologia, neurologia e outras).	APROVADA
28. NOVA PROPOSTA	Estruturação dos hospitais regionais.
29. NOVA PROPOSTA	Implantação do ônibus saúde.
30. NOVA PROPOSTA	Incentivo para profissionais da saúde fixar residência nos municípios.

SEGURANÇA PÚBLICA

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Destinar recursos para intensificação de educação permanente para policiais civis e militares, na área de relações interpessoais, estatuto da criança e do adolescente e no combate as drogas.	APROVADA
2. Incluir no Currículo Escolar, a disciplina Educação no Trânsito e propiciar condições estruturais e humanas para que os objetivos sejam atingidos.	APROVADA
3. Aumentar o efetivo policial e melhorar a estrutura. Repor e /ou criar vagas no Setor de Segurança com profissionais previamente qualificados.	APROVADA
4. Combater o crime organizado de roubo de cargas na BR 116.	APROVADA
5. Construção de dois Centros de Ressocialização, com capacidade de 250 presos cada um, para o atendimento da população carcerária local.	APROVADA

6. Construção de unidades de Ressocialização para adolescentes em situação de conflito com a lei.	APROVADA
7. Implantar os projetos de polícia comunitária.	APROVADA
8. Criar e/ou implementar policiamento voltado para a área rural, com policiais que se identifiquem e residam na comunidade.	APROVADA
9. Modernização e informatização das unidades (delegacias, cadeias públicas, instituto de criminalística e instituto médico legal).	APROVADA
10. Priorizar as ações preventivas e educacionais em relação ao meio ambiente.	APROVADA
11. NOVA PROPOSTA	Descentralização dos fóruns de justiça.
12. NOVA PROPOSTA	Incentivo à criação de guardas municipais.

A economia do Vale do Ribeira baseia-se na agricultura familiar que deve ser apoiada e fomentada com ações integradas

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Apoiar com incentivos governamentais à agricultura familiar com investimentos em infra-estrutura, facilitação do acesso ao crédito, desenvolvimento de pesquisas, assistência técnica, extensão rural e comercialização.	APROVADA
2. Investir na implantação de centros de comercialização regional e micro-regional, com apoio para a capacitação e gestão e ao fortalecimento institucional das organizações locais sindicatos, associações e cooperativas.	APROVADA
3. Criar um programa e um órgão estadual específico de apoio à agricultura familiar, com a adequação das casas de agricultura e reestruturação dos órgãos técnicos.	APROVADA
4. Fortalecer o programa governamental permitindo que os serviços de assistência técnica possam ser realizados pelas organizações locais em convênio com o Estado, a exemplo do que acontece com as Prefeituras Municipais.	APROVADA
5. Facilitar e adequar a legislação para a instalação de agroindústria artesanal, principalmente em relação ao licenciamento sanitário.	APROVADA
6. Ampliar a implantação do programa de micro bacias hidrográficas e agilizar o repasse dos recursos destinados ao fortalecimento das organizações locais.	APROVADA
7. Investir recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura nas bases de pesquisa regionais, tais como: o Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto de Zootecnia, Instituto de Pesca e Instituto Biológico.	APROVADA
8. Implantar programa de segurança alimentar às famílias carentes, a partir da produção local e regional da agricultura familiar.	APROVADA
9. Implantação do "Plano Safra Territorial" de acordo com o contrato de gestão articulado, negociado e acordado no território.	APROVADA
10. Ampliar e envolver o poder público municipal no Programa de Compra Direta da Agricultura Familiar.	APROVADA
11. Criar um fundo de aval para viabilizar e facilitar o crédito rural aos agricultores familiares.	APROVADA
12. Valorizar os produtos regionais, através de programa de certificação de origem.	APROVADA
13. Implantar as propostas da Agenda Rural, de 2002.	APROVADA
15. NOVA PROPOSTA	Desenvolvimento/ disponibilização/

	acesso a equipamentos e máquinas adaptados às condições e necessidades da agricultura familiar.
16. NOVA PROPOSTA	Aumentar investimentos no meio rural/ Retorno maior com destino à zona rural.
17. NOVA PROPOSTA	Mobilizar lideranças municipais para incrementar ações de interesse do homem do campo.
18. NOVA PROPOSTA	Política pública diferenciada de assistência técnica e extensão rural.
19. NOVA PROPOSTA	Mudança do sistema produtivo (agro ecológico/ agro florestal e solidário, auto-consumo e <u>agro-industrial</u>).
20. NOVA PROPOSTA	Estimular a pluriatividade no rural (turismo – serviços).
21. NOVA PROPOSTA	Qualificar produtores e produtos.
22. NOVA PROPOSTA	Re-significação do campo na sua inserção e papel junto ao desenvolvimento local e regional.
23. NOVA PROPOSTA	Ampliar o acesso ao crédito.
24. NOVA PROPOSTA	Qualificação profissional.
25. NOVA PROPOSTA	Fórum de discussão sobre ATER.
26. NOVA PROPOSTA	Proposta de zoneamento rural.
27. NOVA PROPOSTA	Prioridade nas necessidades de pequenos produtores.
28. NOVA PROPOSTA	Discutir o problema da baixa potência da energia elétrica e tarifação rural com a Copel.
29. NOVA PROPOSTA	Implantar patrulha rodoviária no Vale do Ribeira.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Garantir os direitos de ser e fazer das Comunidades Tradicionais.	Aprovada
2. Incluir no currículo escolar a disciplina de história e cultura dos povos formadores do Vale do Ribeira.	Aprovada
3. Reconhecimento e título de propriedade para as comunidades caiçaras.	Aprovada
4. Criar de legislação para proteção da cultura patrimonial caiçara.	Aprovada
5. Criar fórum permanente para discutir temas do interesse das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira.	Aprovada
6. Criar programa integrado entre moradores e gestores para "fazer" cumprir o SNUC no que se refere aos direitos das comunidades tradicionais que vivem em Unidades de Conservação de proteção integral.	Aprovada
7. Garantir o reconhecimento e titulação das terras indígenas.	Aprovada
8. Garantir o reconhecimento e titulação das comunidades de quilombo.	Aprovada

INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PARA MEIO RURAL

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA
----------------	----------------------------

	MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Garantir o atendimento adequado e prioritário à população rural (infra-estrutura, energia elétrica, telefonia, estrada, transporte escolar, posto de saúde, educação, saneamento básico, destino adequado do lixo e segurança).	Aprovada
2. Criar, ampliar, facilitar programa especial de crédito e financiamento para os agricultores familiares sem titulação de terras.	Aprovada
3. NOVA PROPOSTA	Discutir o problema da baixa potência da energia elétrica e tarifação com a Copel.

CONSELHOS MUNICIPAIS E REGIONAIS	
TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Fortalecer os Conselhos Municipais já existentes e previstos na legislação.	Aprovada
2. Incentivar a criação de conselhos municipais, como os de desenvolvimento urbano e rural, de meio ambiente, de segurança alimentar e nutricional.	Aprovada
3. Elaborar um cronograma de capacitação para conselheiros, com ênfase em cidadania, papéis e atribuições do conselheiro, promovendo a integração entre conselhos municipais e comunidades rurais e urbanas.	Aprovada
4. Facilitar e incentivar a participação comunitária nos conselhos locais e regionais. Proporcionar condições para que os membros dos conselhos municipais, em suas respectivas áreas, possam exercer suas atribuições, dando apoio estrutural/operacional e tendo liberdade de expressão.	Aprovada
5. Incentivar o voluntariado nos diversos segmentos da sociedade que compõem o Vale do Ribeira.	Aprovada
6. Incentivo a organização de associações, cooperativas e sindicatos e outras formas de organização social.	Aprovada
7. Promover a integração e participação das instituições de ensino e pesquisa (universidades, faculdades, instituições particulares e ONGs) em projetos que tragam benefícios às pessoas que vivem no Vale do Ribeira.	Aprovada
8. Promover a integração entre os diversos conselhos municipais.	Aprovada
9. Propiciar, estimular e facilitar a participação dos conselhos municipais e de todos os cidadãos e cidadãs na elaboração do orçamento municipal e plano plurianual dos municípios.	Aprovada
10. Fortalecer a capacidade de gestão e planejamento das organizações da sociedade civil e governos municipais através de cursos, estágios, vivências em todos os setores.	Aprovada
11. NOVA PROPOSTA	Capacitação continuada de lideranças.
12. NOVA PROPOSTA	Capacitação dos membros do Fórum, membros do conselho do CMDR e lideranças, em gestão social.
13. NOVA PROPOSTA	Melhoria do sistema de comunicação interna do Fórum (Paraná).

14. NOVA PROPOSTA	Aumentar a participação de mais ministérios meta (Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Ciência e Tecnologia).
15. NOVA PROPOSTA	Implementação e gestão das câmaras temáticas (definição de metas, monitoramento).
16. NOVA PROPOSTA	Desburocratização dos projetos (adaptados às realidades).
17. NOVA PROPOSTA	Capacitar os atores de forma continuada.
18. NOVA PROPOSTA	Criar aval do Fórum para projetos no Território.
19. NOVA PROPOSTA	Institucionalização/ fortalecimento dos conselhos de desenvolvimento rural municipais.

ORÇAMENTO PÚBLICO

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Garantir a transparência no planejamento e na definição de prioridades para os investimentos e o uso dos recursos públicos.	Aprovada
2. Garantir prioridade e o aumento de recursos no orçamento estadual para investimentos no Vale do Ribeira.	Aprovada
3. Garantir recursos do orçamento para o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira; acelerar e facilitar a liberação dos recursos.	Aprovada
4. Alterar a atual composição do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, que deve ser paritária entre sociedade civil e governo estadual.	Aprovada
5. Estabelecer a Agricultura Familiar como linha prioritária de financiamento do FUNDESVAR, com destinação de 30% do montante total de recursos e a definição de mecanismos específicos de avaliação; Rever os critérios de acesso e de gestão dos recursos, principalmente com a criação do Fundo de Aval, ou equivalência-produto para agricultura familiar.	Aprovada
6. Orçamento Participativo.	Aprovada
7. Planejamento e ação integrada e global do Governo.	Aprovada
8. NOVA PROPOSTA:	Criação do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira pelo Estado do Paraná.

MEIO AMBIENTE

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Aprovar a Lei da Mata Atlântica em tramitação no Congresso Nacional há mais de 10 anos.	Aprovada
2. Adequar e regulamentar o processo de licenciamento ambiental para a agricultura familiar e incorporar na legislação ambiental estadual o reconhecimento dos direitos de ser e fazer das comunidades tradicionais (agricultores, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos e indígenas) de modo a adequá-la a realidade do Vale do Ribeira.	Aprovada

3. A Mata Atlântica está sendo degradada para abrir espaço para a plantação de pinus e eucalipto. Ampliar e aprofundar o debate e o zoneamento de áreas para o reflorestamento.	Aprovada
4. Criar centro de pesquisa em tecnologia agroecológica, ambiental, florestal e da biodiversidade.	Aprovada
5. Concluir e implantar o programa de Zoneamento Ambiental para o ordenamento territorial do Vale o Ribeira (Macrozoneamento e Gerenciamento Costeiro).	Aprovada
6. Criar mecanismos de incentivo à Elaboração de Projetos de Manejo Sustentável.	Aprovada
7. Criar programa de Assistência Técnica Ambiental e Extensão Florestal, com convênios Estado/Municípios para elaboração de projetos de licenciamento ambiental para agricultura familiar.	Aprovada
8. Criar órgão de direção regional do DEPRN no Vale do Ribeira com a ampliação das equipes técnicas.	Aprovada
9. Estruturar o núcleo de educação ambiental permanente no Vale do Ribeira.	Aprovada
10. Expandir e apoiar o projeto de Monitoria Ambiental, Ecoturismo e Agroturismo no Vale do Ribeira.	Aprovada
11. Garantir a abertura imediata da Trilha do Imperador em Iguape, na Estação Ecológica da Juréia, de acordo com o trabalho realizado pela AMAI (Associação de Monitores Ambientais de Iguape).	Aprovada
12. Regulamentar e aplicar a legislação referente à compensação financeira por restrição ambiental. Garantir a aplicação dos recursos em projetos de base comunitária. O artigo 200 da Constituição Estadual define que as regiões com áreas protegidas devem receber compensação financeira. Existe a lei, mas não o regulamento e nenhuma previsão na lei orçamentária.	Aprovada
13. Garantir transparência na transferência e aplicação dos recursos do ICMS Ecológico. Ampliar o conceito de áreas protegidas com a inclusão de Unidades de Conservação Municipal, RPPNs, áreas indígenas e de quilombos.	Aprovada
14. Garantir os direitos aos Moradores em Unidades de Conservação e tratar com prioridade as demandas como: energia; transporte; comunicação; autorizações para roças; manutenção de estradas, trilhas e rios; reforma de moradias; escolas e serviço de saúde e saneamento básico.	Aprovada
15. Implantar os conselhos de moradores de áreas protegidas pela legislação ambiental e os comitês de gestão das unidades de conservação.	Aprovada
16. Criar fórum permanente de discussão com participação paritária de gestores de Unidades de Conservação, moradores de dentro e do entorno.	Aprovada
17. Rever os processos de desapropriação de áreas, pois o pagamento de precatórios ambientais consome recursos públicos, com valores extremamente elevados à realidade de mercado.	Aprovada

18. Garantir ações preventivas e educativas nas atribuições do policiamento florestal e ambiental.	Aprovada
19. Implantar projetos de repovoamento do palmito Jiçara/Jussara, através da criação do fundo de aquisição de sementes.	aprovado
20. Criar unidade regional do IBAMA de Centro de Apoio à Populações Tradicionais no Vale do Ribeira.	Aprovada
21. Cria um escritório regional do IBAMA em Registro.	Aprovada
22. Implantar os planos de manejo de todas as Unidades de Conservação existentes no Vale do Ribeira.	Aprovada
23. Garantir a isenção da cobrança de taxas de licenciamento ambiental para os agricultores familiares e para os projetos de manejo florestal sustentável. Revisão dos valores e dos critérios técnicos para os demais casos.	Aprovada
24. Implantar programa integrado de combate às inundações e enchentes, com planejamento urbano, conservação de solos, recuperação da mata ciliar, zoneamento agrícola e monitoramento dos rios.	Aprovada
25. Preservação do Rio Ribeira. Não ao projeto de Construção da Barragem do Tijuco Alto. O atual projeto de barragem existente não controla as enchentes.	Aprovada
26. Construção da Barragem do Tijuco Alto para geração de energia e controle de enchente.	Aprovada
27. NOVA PROPOSTA	Recuperação Ambiental (delimitando zoneamento para a plantação de pinus, recuperação de nascentes degradadas).
38. NOVA PROPOSTA	Educação Ambiental para gestores municipais, escolas e sociedade civil, de forma inter e transdisciplinar.
39. NOVA PROPOSTA	Saneamento básico (tratamento do esgoto; lixo - reverter custo em recurso).
40. NOVA PROPOSTA	Gestão Integrada de Recursos Hídricos.
41. NOVA PROPOSTA	Preservação do Rio Ribeira. Não ao projeto de Construção da Barragem do Tijuco Alto. O atual projeto de barragem existente não controla as enchentes.
42. NOVA PROPOSTA	Inclusão da educação ambiental nos currículos escolares.
43. NOVA PROPOSTA	Busca de recursos para compensação ambiental.
44. NOVA PROPOSTA	Tributação - compensação pela evasão dos recursos naturais.
45. NOVA PROPOSTA	Capacitar professores com conteúdo de educação ambiental.
46. NOVA PROPOSTA	Incentivar os educandos com campanhas que venham promover o meio ambiente (recursos de redação, slogan, desenhos).
47. NOVA PROPOSTA	Reunir a comunidade local para discutir o meio ambiente.
48. NOVA PROPOSTA	Mobilização da comunidade para formar fóruns, ong's, grupos, clubes que discutam e implementem ações e benefícios ao meio ambiente.
49. NOVA PROPOSTA	Zoneamento com restrições ao uso de agrotóxicos.

TURISMO

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Garantir o aproveitamento turístico sustentável do Vale do Ribeira - ecologicamente suportável à longo prazo, economicamente viável, e, social e eticamente aceitáveis pelas comunidades locais.	Aprovada
2. Institucionalizar as diretrizes e programas previstos na Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.	Aprovada
3. Ampliar os programas de educação ambiental e adequar à grade curricular nas escolas técnicas.	Aprovada
4. Mais recursos e criação de linhas especiais de crédito para os investimentos em infra-estrutura para o turismo sustentável.	Aprovada
5. Priorizar parte dos recursos do FUNDESVAR para investimentos no setor receptivo do turismo regional.	Aprovada
6. Criar curso noturno de turismo na UNESP de Registro.	Aprovada
7. Implantar ações emergenciais nas áreas onde já existe o turismo, como por exemplo, na Trilha do Imperador, na Estação Ecológica da Juréia.	Aprovada
8. Implantar fórum regional de turismo para fortalecer o planejamento com a participação da população local na exploração turística.	Aprovada
9. Investimentos em infra-estrutura, principalmente na conservação das estradas, nas áreas de saúde, saneamento e resíduos sólidos e acabar com os lixões.	Aprovada
10. Regulamentar a profissão dos monitores ambientais e promover o fortalecimento dos grupos e associações de monitores.	Aprovada
11. Estudar a criação de Lei Estadual para criar a categoria de Estância Ecológica.	Aprovada
12. Incentivar o Turismo, com a implantação de uma agência de fomento regional.	Aprovada
14. NOVA PROPOSTA	Criação de Conselhos Municipais de Turismo.
15. NOVA PROPOSTA	Tornar o Vale mais conhecido para as pessoas de fora.
16. NOVA PROPOSTA	Regulamentar a profissão dos monitores ambientais.
17. NOVA PROPOSTA	Promover o fortalecimento dos grupos e associações de monitores, moradores e maior apoio e fortalecimento aos COMTURs.
18. NOVA PROPOSTA	Promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural, e com a melhoria das condições de vida.

RODOVIAS E ESTRADAS

TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA
----------------	----------------------------

MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)	
1. Iniciar imediatamente as obras para conclusão da duplicação da Rodovia Federal Régis Bittencourt, entre São Paulo e Curitiba, no trecho da Serra do Cafezal.	Aprovada
2. Promover consulta pública ampla para definir as diretrizes do processo de concessão, definição dos locais de instalação das praças de pedágio e dos valores a serem cobrados.	Aprovada
3. Priorizar recursos para investimentos em conservação e reforma das estradas federais e estaduais. Priorizar os seguintes trechos: Eldorado a Iporanga. Juquiá a Tapirai. Juquiá a Sete Barras.	Aprovada
4. Pavimentar a estrada que liga os municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul a Tunas do Paraná.	Aprovada
5. Pavimentação da estrada entre Iporanga e Apiaí; entre Apiaí e Ribeirão Branco; entre Barra do Turvo e Iporanga; entre Cajati e Itapeúna.	Aprovada
6. Pavimentação da estrada que liga Sete Barras até Iporanga, dentro do conceito de estrada parque.	Aprovada
7. Conclusão da duplicação da Rodovia Estadual Pe. Manoel da Nóbrega, no trecho entre Peruibe até Miracatu.	Aprovada
8. Priorizar a manutenção e conservação de estradas rurais e pontes adequadas, em parceria, através da criação de consórcios intermunicipais.	Aprovada
9. Recuperação e melhoria da qualidade da malha de estradas vicinais, das pontes e travessias de balsa, considerando que muitas estão em péssimas condições.	Aprovada
10. Planejamento e readequação das estradas com a finalidade de garantir a integração do território.	Aprovada
11. Criar lei municipal, com mecanismos que restrinjam o trânsito de veículos com carga em áreas urbanas, bem como nas estradas rurais em dias chuvosos.	Aprovada
12. Avaliar a criação de legislação municipal, que favoreça a construção e manutenção de estradas particulares para produtores rurais, através de pagamento em mercadorias da sua produção, destinada a instituições filantrópicas e sociais do município – Programa Social específico com normas e regras.	Aprovada
13. Instalação de módulos da Polícia Rodoviária, Receita Estadual e Polícia Ambiental nas estradas da região.	Aprovada
14. Reativação do transporte ferroviário de passageiros e de carga.	Aprovada
15. Pavimentar as ruas dos municípios com bloquetes, produzidos através de parceria entre a prefeitura e a comunidade.	Aprovada
16. Melhorar a fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal.	Aprovada
17. NOVA PROPOSTA	Parcerias das Prefeituras com o Governo de Estado para manutenção das estradas vicinais.

OUTRAS PROPOSTAS	
TEXTO ORIGINAL	DELIBERAÇÃO DA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL I (Tunas do Paraná)
1. Ampliar e facilitar o acesso ao Banco do Povo	aprovada
2. Ampliar e facilitar o acesso os fundos para as iniciativas empresariais e comunitárias (PRONAF, FEAPE,	Aprovada

FUNDESVAR etc.)	
3. Apoio técnico e crédito a micro e a pequena empresa que representam mais de 90 % da economia regional, principalmente na área de serviços e agroindustrial.	Aprovada
4. Criação de uma agência de desenvolvimento regional.	Aprovada
5. NOVA PROPOSTA	Documentação pessoal.
7. NOVA PROPOSTA	Sensibilizar as pessoas para valorizarem mais o seu próprio local (município, terra, casa).

Moções aprovadas

TEMA:

Moção de repúdio à construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto no rio Ribeira. Nós participantes da 1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira – Conferência Microrregional do Vale do Ribeira Paraná, em Tunas do Paraná, no dia 19 de julho de 2006, repudiamos totalmente a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, no Rio Ribeira, entre os municípios de Cerro Azul, Doutor Ulisses e Adrianópolis, no estado do Paraná, e Ribeira e Itapirapuã Paulista, no estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

Esta obra NÃO contempla os princípios da Agenda 21 local, nem regional. É uma obra particular para ampliar o acúmulo de capital de quem já tem muito capital acumulado. Em contrapartida, empobrece ainda mais cerca de 600 (seiscentas) famílias ribeirinhas de agricultores familiares de Cerro Azul. O povo do Vale do Ribeira vem resistindo a essa barragem há 20 (vinte) anos, e a CBA – Companhia Brasileira de Alumínio já tem uma dívida sócio-econômica bastante grande com Cerro Azul, pois tem sido e, é um determinando para a expulsão do homem do campo; já expulsou de suas terras inúmeras famílias e vem desestimulando qualquer investimento local.

Solicitamos a imediata suspensão de qualquer licenciamento ou outorga de uso das águas do Rio Ribeira à CBA ou a qualquer outra empresa, pessoa física ou jurídica, que tenham como objetivo a construção de usina hidrelétrica ou outra obra potencialmente causadora de impacto socioambiental no referido rio.

Solicitamos que o Rio Ribeira seja considerado “Patrimônio Nacional” - “Patrimônio da Humanidade” e que nenhuma hidrelétrica seja construída no seu leito.

A eleição dos delegados

Após a aprovação do relatório final foram eleitos os delegados à I Conferência Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira, segundo o Regimento.

Desta forma, considerando o número de participantes, puderam ser eleitos



53 delegados dentre o total de 65 a que tinham direito pelo Regulamento.

No segmento da sociedade civil foram eleitos¹ trinta delegados dentre o total previsto pelo

Regulamento de trinta e sete vagas e, o poder público assegurou a representação de vinte e três delegados dentre as vinte e oito vagas previstas, conforme quadro a seguir:

		<i>Delegados</i>	<i>Nº de delegados com direito a serem eleitos</i>	<i>Delegados Eleitos</i>
Eleitos	Sociedade Civil	Agricultores familiares, pescadores artesanais e Extrativistas	2	2
		Empresários urbanos e rurais	2	2
		Jovens	2	2
		Mulheres	2	2
		Outros	14	14
		Sub total	22	22
	Poder Público	Prefeituras	2	12
		Câmaras municipais	4	
		Governo Estadual e federal	7	
		Sub total	13	
FORUM DE DESENVOLVIMENTO	Soc. ed. CIVI	Sub total	15	8
	Poder Público	Sub total	15	11
TOTAL	TOTAL		65	53

¹ O total aqui considerado soma aqueles eleitos na conferência e aqueles quem, considerados delegados natos, compareceram a conferência tendo, portanto seus nomes referendados segundo o Regimento.

Observa-se que a microrregião Vale do Ribeira Paraná teve organização e mobilização para ocupar 81,5 % das vagas previstas, sendo que dentre as vagas para delegados eleitos 100% e 92,3 das vagas previstas para a sociedade e o poder público, respectivamente, foram ocupadas.



Dentre as vagas previstas para membros do Fórum a presença foi menor. A sociedade civil ocupou apenas 53,3% das vagas e o poder público 73,3% das vagas asseguradas pelo Regulamento, conforme se observa a seguir:

<i>Delegados</i>		<i>Nº Vagas</i>	<i>Delegados Eleitos</i>	<i>%</i>
Socied. Civil	ELEITOS	22	22	100,00
	FORUM	15	8	53,33
	SUB TOTAL	37	30	81,08
Poder Público	ELEITOS	13	12	92,31
	FORUM	15	11	73,33
	SUB TOTAL	28	23	82,14
TOTAL		65	53	81,54

IDENTIFICAÇÃO:

Projeto Vale do Ribeira Sustentável

Entidade Executora:

IDESC - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira

Apoio:

FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – FNMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS

ATIVIDADE: Conferência Microrregional de Desenvolvimento Territorial Sustentável da microrregião I - Vale do Ribeira-Paraná

Organização:

A coordenação e organização da Conferência Microrregional teve a participação direta dos seguintes representantes ou membros da equipe do Projeto:

Coordenação do Projeto:

Ronaldo José Ribeiro

Coordenação da Conferência:

Sandra Kennedy Viana

Presidente da Conferência:

Prefeita Nalínez Zanon

Comissão Organizadora Microrregional:

NOME	MUNICIPIO
João Carlos Oliveira	Cerro Azul
Natanael Cardoso	Rio Branco do Sul
Paulo César Nascimento	Curitiba
Tosca Zamboni	Tunas do Paraná
Autair Aparecida Santos	Tunas do Paraná
Glailson Orlando Santos	Rio Branco do Sul
Joaquim Rausis	Rio Branco do Sul
Marco Aurélio Gomes da Silva	Rio Branco do Sul

Equipe de Apoio Operacional

Sônia Jora Pagani

Equipe de Comunicação

Lilian Rochael

Margarete Michelette (coordenadora)

Equipe de Sistematização

Ronaldo José Ribeiro

Márcia Nunes

Fóruns de Pactuação:

ANEXOS

ANEXO 1 - Regulamento 33

ANEXO 2 - Roteiro para Grupos Temáticos..... 39

ANEXO 3 - Fotos 40

ANEXO 4 - Lista de Delegados Eleitos..... 44

I CONFERÊNCIA REGIONAL DO PLANO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA, PARANÁ E SÃO PAULO.

CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA PARANÁ

PROPOSTA DE REGULAMENTO

**CAPITULO I
DA FINALIDADE**

Art. 1º- Este REGULAMENTO tem por finalidade a definição de regras de funcionamento da **CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA PARANÁ** integrante da **I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Plano Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale Do Ribeira, Paraná e São Paulo - CRDS-VR** - a partir do regimento aprovado pela Coordenação Geral.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 2º - A organização da Conferência Microrregional do Vale do Ribeira – Pr, terá a seguinte metodologia:

1. Sessão de Abertura
2. Plenária de instalação da Conferência e Aprovação do Regulamento
3. Mesa Redonda
4. Grupos Temáticos
5. Plenária Final

**CAPÍTULO III
DO CREDENCIAMENTO**

Art. 3º - O credenciamento dos participantes será realizado no dia 19 de julho de 2006, das 08 às 10 horas, na sede da Casa da Cultura do município de Tunas do Paraná.

§ 1º. – Poderão se inscrever na Conferência Microrregional e serão considerados DELEGADOS, com direito a voz e voto:

I - Todos os cidadãos e cidadãs, acima de 16 anos, residentes nos municípios de Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul, Doutor Ulisses;

II - representantes de órgãos públicos e de organizações não governamentais com atuação na região do Vale do Ribeira – Paraná,

§ 2º. - Poderão se inscrever na Conferência Microrregional, e serão considerados CONVIDADOS com direito a voz, todos os presentes que não se enquadram nas situações anteriores.

§ 3º. O credenciamento deverá ser feito em listas separadas considerando as três categorias de delegados que serão eleitos nesta Conferência Microrregional para participar da Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável, conforme artigo 9º, Item I, b) e Anexo IV, do Regimento.

I. - Delegado nato (representantes das entidades membros Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira – Paraná).

II. - Delegado eleito: (cidadãos e cidadãs delegados das Conferências Microrregionais).

III. - Delegado indicado por segmentos: (representantes de comunidades quilombolas, indígenas e assentados do território Vale do Ribeira)

Art. 4º - No ato do credenciamento os participantes indicarão por ordem de prioridade dois (2) Grupos Temáticos do qual desejam participar, cabendo a Comissão Organizadora proceder a composição dos grupos observando o número de inscritos e a opção do participante por grupo.

Parágrafo Único: no ato do credenciamento todos os Delegados receberão cópia do presente Regulamento e uma ficha para propostas de alteração que deverão ser entregues à mesa de credenciamento até as 10 horas do dia 19 de julho.

CAPÍTULO IV DO TEMÁRIO

Art. 5º- Nos termos do seu Regimento, a Conferência Microrregional do Vale do Ribeira Paraná, abordará:

a) O Tema Central: “Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira”.

b) Os Eixos Temáticos:

Eixo 1 -Serviços (segurança, saúde, comunicação educação, Crédito, regularização fundiária, Ater ...)

Eixo 2-Infra-estrutura (segurança, saúde, comunicação, educação, Ater)

Eixo 3 -(Re)-afirmação (valorização) do espaço rural (fortalecimento da agricultura familiar) - (melhoria da qualidade de vida) = o campo como modo e forma de vida (no Vale).

Eixo 4 - Educação, cultura e lazer – (Educação do campo)

Eixo 5 -Trabalho e renda (Produção/ Comercialização)

Eixo 6 - Meio Ambiente (sustentabilidade)

Eixo 7 - Gestão/ Organização

Parágrafo Único - Todos os Eixos Temáticos devem observar o Documento-Base.

SEÇÃO I DA SEÇÃO DE ABERTURA

Art. 6º- A seção de abertura será conduzida por uma Mesa Diretora composta pela presidente e um representante da sociedade civil do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Paraná e um Coordenador do Projeto Vale do Ribeira Sustentável.

Art. 7º- A Plenária de Instalação da Conferência terá como finalidade a Aprovação do Regulamento Interno da Conferência Microrregional e orientações gerais sobre o processo de trabalho.

SEÇÃO II PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DA CONFERÊNCIA, APROVAÇÃO DO REGULAMENTO E DA MESA REDONDA

Art. 8º- A Plenária para aprovação do Regulamento será conduzida a partir da leitura total do presente Regulamento e das propostas de alteração apresentadas à mesa de credenciamento até as 10 horas do dia 19 de julho, conforme art. 4º, Parágrafo Único do presente Regulamento.

§ 1º- não serão aceitas novas propostas durante a Plenária.

§ 2º- serão permitidas mais de uma defesa, a favor e contra, desde que a Plenária não se sinta devidamente esclarecida para a votação, e assim delibere;

§ 1º- a(s) proposta(s) apresentada(s) será(ão) colocada(s) em votação e aprovadas por maioria simples (50% mais 1 dos Delegados)

Art. 9º- A Mesa Redonda sobre a Conferência e o Projeto Vale do Ribeira Sustentável, bem o conteúdo que será discutido nos Grupos Temáticos, ficará a cargo da Coordenação do Projeto Vale do Ribeira Sustentável e de um representante indicado pelo Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira Paraná.

Art. 10º- Os delegados e convidados poderão manifestar-se por escrito ou verbalmente, durante o período dos debates, mediante perguntas ou observações pertinentes ao tema.

§ 1º- O tempo máximo para cada intervenção será de 03 (três) minutos, improrrogáveis.

SEÇÃO III DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Art. 11º - Os Grupos Temáticos serão compostos por Delegados e Convidados, conforme organização da Comissão Organizadora com base nas listas de preferências assinaladas no ato de inscrição e terão como suporte para o debate e organização do processo de trabalho:

I - um MODERADOR, indicado pela Comissão Organizadora, para apoiar o debate e estimular a participação de acordo com o eixo temático.

II - um COORDENADOR, indicado pelos membros do Grupo, que terá as funções de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação de acordo com o eixo temático.

III - um RELATOR, indicado pelos membros do Grupo, que contará com apoio para digitação do produto do Grupo.

Art. 12º - O MODERADOR efetuará a leitura da parte relativa ao Eixo-Temático do Documento-Referência, específico da respectiva Grupos Temáticos.

Art. 13º - A discussão do Documento-Referência será apoiada pelo MODERADOR e conduzida pelo COORDENADOR que consultará o Plenário quanto à existência de destaques ao texto.

§ 1º - Quando houver destaques, estes deverão contemplar:

a) supressão total ou parcial;

b) adendo às propostas existentes;

Art. 14º - Após a votação dos destaques de cada Eixo-Temático do Documento-Base, o COORDENADOR conduz o debate sobre novas propostas não contempladas.

Art. 15º - Quando da apresentação dos destaques e das novas propostas, o COORDENADOR e o MODERADOR deverão:

a) Buscar consensos entre as propostas apresentadas;

b) Encaminhar à votação as propostas não consensuadas.

§ 1º - Para que uma proposta seja levada para apreciação da Plenária Final, ela deverá obter pelo menos 30% (trinta por cento) dos votos dos membros do Grupo Temático. Não atingindo este percentual, a proposta não será considerada aprovada, e não será encaminhada à Plenária Final.

§ 2º - Quando a proposta obtiver 100% (cem por cento) dos votos dos presentes nos Grupos Temáticos, será considerada aprovada pela Conferência e será apenas lida na Plenária Final.

SEÇÃO IV

DA PLENÁRIA FINAL

Art. 16º - A sessão da Plenária Final da Conferência Microrregional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira Paraná, será coordenada por Mesa Diretora indicada pela Coordenação Geral garantindo a participação da sociedade civil e setor governamental.

Parágrafo Único - As sessões da Plenária Final serão secretariadas por membros da Comissão de Sistematização e Relatoria.

Art. 17º - A votação do Relatório Final da Conferência Microrregional de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira Paraná, será encaminhada na forma que se segue:

a) proceder-se-á, a leitura dos Relatórios dos Grupos Temáticos, em Plenária, com apoio de recuso visual de forma a garantir o acompanhamento dos presentes;

b) para dar conhecimento aos Delegados, as propostas aprovadas nos Grupos Temáticos serão identificadas com **negrito** e sublinhadas no relatório e apenas serão lidas na Plenária Final;

c) na seqüência, o Coordenador da Mesa lerá, uma a uma, as propostas que não foram consenso nos Grupos Temáticos, mas que obtiveram o mínimo de 30% (trinta por cento) da totalidade de Delegados presentes nos Grupos Temáticos.

d) não será admitida a apresentação de novos destaques e/ou propostas ao conjunto de propostas que será votado;

e) o Coordenador da Mesa concederá a palavra, por igual tempo, aos delegados que se apresentem para fazer a defesa contra e a favor à proposta, sempre nessa ordem;

f) serão permitidas mais de uma defesa, a favor e contra, desde que a Plenária não sinta-se devidamente esclarecida para a votação, e assim delibere;

g) a(s) proposta(s) apresentada(s) será(ão) colocada(s) em votação e qualificadas como:

I - Agenda de consenso;

II - Agenda de conflito com apoio da maioria (aquelas que obtiverem 50% ou mais dos votos favoráveis, em Plenária);

III - Agenda de conflito com apoio da minoria (aquelas que obtiverem menos de 50% dos votos favoráveis, em Plenária).

Art. 18º - A Mesa Diretora da Plenária assegurará o direito à manifestação, aos Delegados, pela ordem, sempre que qualquer um dos dispositivos deste Regulamento não estiver sendo observado.

Parágrafo Único: Não serão permitidas manifestações ou questões pela ordem durante o regime de votação.

SEÇÃO I DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Art. 19º – Os delegados eleitos para a Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira – CRDS-VR, serão eleitos nas Conferências Microrregionais na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada dois delegados na Conferência Microrregional de cada um dos dois segmentos, poder público e sociedade civil, devendo ser eleitos na seguintes categorias, conforme REGIMENTO da CRDS-VR :

I. - Delegado nato:

- a) representantes das entidades membros Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira – Paraná, conforme Anexo IV; participantes da Conferência Microrregional

Parágrafo Único: – Fica sob responsabilidade da Comissão Executiva do FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE DO RIBEIRA, acompanhar a substituição de Delegados Titulares por Suplentes em seu âmbito de representação.

II. - Delegado eleito:

- a) cidadãos e cidadãs **eleitos** nas Conferência Microrregional, conforme Anexo II.
- b) representantes dos segmentos de mulheres, jovens, empresários urbanos e rurais, agricultores familiares e pescadores artesanais, **eleitos** nas Conferências Microrregionais conforme anexo II.

III. - Delegado indicado por segmentos:

- a) representantes de comunidades quilombolas e assentados de Projetos de Reforma Agrária, localizadas no território Vale do Ribeira, delegados da Conferência Microrregional, conforme Anexo V.

Art. 20º. – Os delegados eleitos à CRDS-VR, representantes de comunidades quilombolas e assentados de Projetos de Reforma Agrária do território Vale do Ribeira, serão indicados pelos seus pares através de correspondência escrita endereçada à Coordenação Geral da Conferência Regional até 5 (cinco) dias úteis após a realização da última Conferência Microrregional do Território, em 29 de julho, conforme o número de vagas previsto no anexo V.

Art. 21º - Os delegados serão eleitos durante a Plenária Final onde os delegados deverão compor dois grupos reunidos separadamente: **I** – setor governamental (órgãos públicos e representantes do poder legislativo das três esferas de governo), **II** – sociedade civil.

Art. 22º. – Será considerado, para cálculo do número de delegados eleitos do poder público e da sociedade civil, o total de pessoas presentes por segmento considerando inclusive os delegados natos (anexos III, IV).

SEÇÃO II DAS MOÇÕES

Art. 23º - As Moções encaminhadas, exclusivamente, por Delegados, devem ser apresentadas em formulário próprio elaborado pela Coordenação Geral da Conferência Microrregional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira Paraná, às 14 horas.

§ 1º - Cada moção deverá ser assinada por, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos Delegados da Conferência.

§ 2º - A Coordenação Temática e de Relatoria organizará as Moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por tema, dando ciência aos propositores para que organizem a apresentação na Plenária Final, facilitando o andamento dos trabalhos.

§ 3º - Encerrada a fase de apreciação do Relatório Final da Conferência, o Coordenador da Mesa Diretora procederá à leitura das Moções por tema e submeterá sua aprovação à Plenária.

§ 4º - A aprovação das Moções será por maioria simples dos Delegados presentes.

Art. 24º - Concluídas as apreciações das Moções será encerrada a sessão da Plenária Final.

CAPITULO V DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS

Art. 25º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, *ad referendum*, quando a Plenária não estiver reunida.

QUADRO GERAL DOS DELEGADOS A CRDS-VR

DELEGADOS	Nº de Delegados		TOTAL
	Poder Público	Sociedade Civil	
Eleitos na Conferência Microrregional	13	22	35
Natos - FÓRUM PARANA (2)	15	15	30
TOTAL GERAL DA CONFERÊNCIA	28	37	65

- 1- serão delegados aqueles que comprovem participação nas Conferências Microrregionais.
- 2- serão delegados aqueles que comprovem participação nas Conferências Microrregionais
- 3- total de entidades do poder público inscritas no CONSAD.
- 4- total de entidades da sociedade civil do CONSAD mais percentual dos suplentes para garantia do percentual de 2/3.
- 5- serão indicados delegados aqueles que comprovem participação nas Conferências Microrregionais.

DELEGADOS ELEITOS NA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL

Microrregiões	Nº de DELEGADOS ELEITOS				Nº de DELEGADOS ELEITOS					
	SETOR PÚBLICO (1/3)				SOCIEDADE CIVIL (2/3)					
	Prefeituras	Câmaras municipais	Governo Estadual e federal	Sub total Setor Governamental	Agricultores familiares, pescadores Artesanais e Extrativistas	Empresários urbanos e rurais	juvens	mulheres	Outros Segmentos	Sub total Sociedade Civil
Microrregião I (Vale do Ribeira PR) 7 municípios	2	4	7	13	2	2	2	2	14	22

DELEGADOS NATOS – FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FORUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VALE DO RIBEIRA PARANA	Nº de Delegados	
	Poder Público	Sociedade Civil
	15	15

DELEGADOS com indicação pelos segmentos

Segmento da sociedade civil	Quilombolas	Indígenas	Assentados	Sub total
Nº de delegados	16	12	2	30

ROTEIRO PARA MODERADORES DE GRUPOS TEMÁTICOS

- 1- apresentação dos membros do Grupo.
- 2- eleição do COORDENADOR e do RELATOR do Grupo Temático
- 3- O COORDENADOR deve abrir para esclarecimentos gerais sobre objetivo da Conferência, objetivo do Plano de Desenvolvimento, metodologia, eleição de delegados, processo de construção do Plano, etc. o MODERADOR deve apoiar o debate.
- 4- Leitura do Documento Base e votação das propostas
 - a) leitura geral de todo o Documento
 - b) releitura por parágrafo acolhendo propostas de:
 1. **supressão (excluir algum item)**
 2. **alteração (modificar redação da proposta)**
 3. **nova proposta**

Toda alteração do Documento Base deve ser votada pelos DELEGADOS do Grupo (os CONVIDADOS podem defender, mas NÃO podem votar).

As propostas de consenso que OBTIVEREM 100% dos votos devem ser coloridas de **azul** e mantidas no Documento Base.

As propostas que forem suprimidas (excluídas) devem ser mantidas na cor preta e escrito ao final do parágrafo a que se refere: **EXCLUÍDA** (em vermelho)

Novas propostas aprovadas pelo grupo, quando obtiverem 30% ou mais dos votos dos delegados, devem ser **digitadas em vermelho** ao final do texto a que se refere,

As propostas não aprovadas no grupo (30%) serão digitadas a parte ao final do documento (para memória).

5- o RELATOR deve ser em voz alta para o Grupo a nova redação do documento aprovado.

6- o RELATOR deverá entregar o disquete com o texto aprovado no grupo as 15:30 horas para a COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO (Valdemar e Ronaldo)

FOTOS



CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 19/07/2006
Sessão de abertura



CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 19/07/2006
Plenária Geral



CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 19/07/2006
Reunião de Grupo Temático



CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 19/07/2006
Reunião de Grupo Temático



CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 19/07/2006
Reunião de Grupo Temático



CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 19/07/2006
Reunião de Grupo Temático

DELEGADOS ELEITOS NA CONFERÊNCIA MICRORREGIONAL DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ

ORD	SEGMENTO	NOME	MUNICIPIO	ENTIDADE
1.	Eleitos P P	Adriana Ap. A. da Silva Carvalho	Rio Branco do Sul	Pref.Rio Branco do Sul - Turismo
2.	Eleitos S C	Adriano Briatori	Cerro Azul	
3.	Eleitos P P	Agenor de Mora Costa	Cerro Azul	Pref Cerro Azul
4.	Eleitos S C	Ana Flavia		
5.	Eleitos S C	Ana Rosa Rausis	Rio Branco do Sul	
6.	Eleitos S C	Andrey Rosner	Cerro Azul	
7.	Fórum SC	Angelino Soares de -----	Dr. Ulysses	
8.	Fórum SC	Antônio Aisse Filho	Curitiba	
9.	Eleitos P P	Autair Aparecida Santos	Tunas do Paraná	
10.	Eleitos S C	Bernado Patricio Netto	Curitiba	COMEC/SEDU
11.	Fórum PP	Braz Costa Rosa	Adrianópolis	
12.	Eleitos P P	Celso Wenski	Curitiba	SEPL- Secret. de Planejamento PR
13.	Eleitos P P	Cleverson de Bonfim	Cerro Azul	Pref. Tunas do Paraná
14.	Fórum SC	Daniel Martins Santos	Dr. Ulysses	
15.	Eleitos S C	Dirceu Jesus de Paula	Rio Branco do Sul	
16.	Fórum PP	Dirlei Ribas Castro	Itaperuçu	
17.	Fórum PP	Eduardo Dornelas	Adrianópolis	
18.	Fórum SC	Elisio Avelar e Silva	Adrianópolis	
19.	Fórum PP	Elizabete Ap. Lopes Teixeira	Itaperuçu	
20.	Fórum SC	Elizeu de Oliveira	Itaperuçu	
21.	Eleitos S C	Elmano Teixeira Araújo	Dr. Ulysses	
22.	Fórum SC	Everaldo Ferreira Bastos	Adrianópolis	
23.	Fórum PP	Glailson Orlando Santos	Rio Branco do Sul	
24.	Fórum SC	Irani de S.Portilho	Dr. Ulysses	
25.	Eleitos SC	Irene Maria Arcie Polli	Bocaiúva do Sul	
26.	Eleitos S C	Ivan Silva Evangelista	Cerro Azul	
27.	Eleitos S C	Jairo José Cordeiro	Cerro Azul	
28.	Fórum SC	João Carlos Hilman	Cerro Azul	
29.	Eleitos S C	João Carlos Oliveira	Cerro Azul	
30.	Fórum PP	João Ivo S.Lara	Cerro Azul	
31.	Fórum SC	Joaquim Rausis	Rio Branco do Sul	
32.	Fórum PP	Jose de Castro França	Itaperuçu	
33.	Eleitos S C	Jose Disney de Barros Barbosa	Itaperuçu	
34.	Eleitos S C	Laura Jesus de Moura e Costa	Itaperuçu	
35.	Eleitos P P	Levi Renato C. Lima	Tunas do Paraná	Pref Tunas do Paraná
36.	Eleitos P P	Lourival Uhlig	Curitiba	SEPL –Secret de Planejamento PR
37.	Fórum SC	Luiz Antonio Paulus	Cerro Azul	
38.	Eleitos P P	Luiz Carlos Teixeira Lopes	Curitiba	CEDRAF/SEAB - PR
39.	Fórum SC	Mara da Luz Prestes	Cerro Azul	
40.	Fórum PP	Marcos Roberto Santos	Cerro Azul	
41.	Eleitos S C	Maria Aparecida Martins do Nascimento	Tunas do Paraná	
42.	Eleitos P P	Maria de J.S. Ribeiro	Itaperuçu	Pref. Itaperuçu
43.	Fórum PP	Nalinez Zanon	Tunas do Parana	
44.	Eleitos S C	Natanael Cardoso	Rio Branco do Sul	
45.	Eleitos S C	Nilza de Souza Oliveira	Tunas do Parana	
46.	Eleitos S C	Olivir Lourenço Martins	Rio Branco do Sul	
47.	Eleitos P P	Paulo César Nascimento	Curitiba	MDA/SDT -PR
48.	Eleitos S C	Renato Hilmann	Cerro Azul	
49.	Eleitos S C	Rubiane Aparecida Santos	Itaperuçu	
50.	Eleitos S C	Thiago da Silva	Cerro Azul	
51.	Eleitos P P	Tosca Zamboni	Tunas do Paraná	Pref. Tunas do Paraná
52.	Eleitos P P	Valdir Braine	Cerro Azul	Vereador de Cerro Azul
53.	Fórum SC	Zeni Cardoso	Itaperuçu	